

## **“QUEM É DA TUA FAMÍLIA?”: GÊNERO, RELAÇÕES FAMILIARES E SITUAÇÃO DE RUA**

**FERNANDES, Leticia Prezzi\*** – UFRGS

**GT-23: Gênero, Sexualidade e Educação**

**Agência Financiadora: CNPq**

Este trabalho aborda alguns dos modos através dos quais meninos e meninas em situação de rua vivem suas relações familiares e de como um serviço municipal específico para o atendimento deles/as entende e ensina formas de viver e de se relacionar com a família. Instrumentalizada pelos aportes dos Estudos de Gênero e Culturais, em aproximação com o Pós-Estruturalismo e da Etnografia Pós-Moderna, observei as ações deste Serviço acompanhando a rotina de educadoras/es e assistentes sociais durante nove meses. A construção do material empírico que me permitiu compreender este universo se deu na confluência de diários de campo, documentos (como os projetos que embasam essa política e as pastas dos meninos e meninas) e entrevistas.

O trabalho desta política pública se dá, basicamente, através de abordagens que compreendem o processo de aproximar-se da menina ou menino de forma a viabilizar um diálogo e a inserção nos serviços de atendimento disponíveis. A partir dos materiais produzidos através das abordagens, são montados estudos de caso com base em três eixos: oral (das abordagens), familiar (procura pela família) e institucional (lugares/instituições pelas quais a/o criança/jovem passou). O estudo de caso dá origem a uma pasta de cada usuário/a e pretende orientar o melhor encaminhamento da criança visando ao seu retorno à comunidade de origem ou a inclusão nos serviços especializados.

Nas pastas constam, ou deveriam constar, todos os encaminhamentos do/a menino/a dentro das instituições de assistência. O critério para análise das pastas foi ter conhecido a menina ou o menino durante uma abordagem. Dentro das pastas, contam-se histórias de pais e filhos, mais especificamente sobre mães e seus filhos. Dificilmente a parentela se constitui como alvo das questões e das histórias produzidas nesses documentos. Assim, fica difícil entender como a família se organiza na sua rede ampla, bem como as redes de solidariedade formadas entre a parentela, vizinhos e amigos. Enquanto o discurso da biologicidade da família aparece fortemente, há outros discursos que emergem sobre o que seja família:

---

\* Orientadora: Dagmar Estermann Meyer.

[...] falar numa família nuclear, composta por pai, mãe, [...] o conceito de família ta muito amplo [...] pode ser família pra eles morar com o pai, morar com a mãe, com a vó, com padrinho, ou com alguém responsável (Henrique – educador social)

Ao mesmo tempo, os projetos dessa política não definem o que seja família e deixam brechas que fazem com que os operadores/as do Serviço coloquem suas expectativas em circulação. Assim, ocorre o que uma das pessoas entrevistadas chamou de “telefone sem-fio”: uma proliferação de entendimentos que faz com que haja disputas, conflitos e negociações, tanto no que se refere aos significados de família, quanto aos de abordagem e encaminhamento.

Foi para buscar compreender essa proliferação de significados que recorri à Etnografia. Entendendo, como afirma Clifford Geertz (1989, p. 20), que a Etnografia consiste em “construir uma leitura” sobre os acontecimentos que vivenciamos no trabalho de campo, procuro ampliar e multiplicar esta visão para seu plural: ‘leituras de’. Nessa direção, tomo o conceito de cultura para argumentar a existência de uma ‘cultura de rua’. Esse movimento faz-se necessário uma vez que tento olhar para a situação de rua como uma forma de vida singular. Assim, não se nega as profundas desigualdades que produzem este problema social, tampouco o fato de que devem ser oportunizados meios para que crianças e jovens que vivem em situação de rua possam ter outras condições de vida. Não se pretende com esta pesquisa em particular produzir prescrições para tirá-los das ruas ou para mudar suas condições de vida *a priori* e, nem mesmo, fazer uma avaliação *stricto sensu* dos programas e políticas desenvolvidos para esses fins. De outra perspectiva, considero que estes/as meninos e meninas constituem (fazem parte de) uma população com formas diferenciadas de se organizar e viver e que é preciso tentar entender suas maneiras de viver a família e de se relacionar com ela e como essas dialogam (ou não) com as concepções de família que direcionam as ações do Serviço observado.

Os Estudos Culturais pós-estruturalistas trabalham com uma noção de cultura que possibilita esta forma de olhar. O entendimento de que é na cultura que se produz o que aprendemos a viver e valorar como ‘a’ família permite pensar a vida de meninas e meninos em situação de rua como uma cultura que ensina e re-significa a vivência dos laços familiares. A cultura é, então, um campo onde significados são compartilhados, ao mesmo tempo em que se travam lutas em torno dessa significação. Assim, a família também é uma noção plural, conflituosa e disputada no processo de significação. Os significados de família que conhecemos são produzidos ao longo da história, mas

também são re-produzidos e re-significados a partir dos discursos legitimados a falar sobre ela, bem como nos espaços e instituições em que circulamos.

É nessa dimensão de cultura que se pode dizer que este espaço foi considerado como uma instância pedagógica que, ao intervir no funcionamento familiar, busca ensinar às crianças a viverem em família de determinadas formas.

Um dos pontos que foi constantemente reiterado tanto pelos meninos e meninas que conheci quanto pelo serviço acompanhado se refere a centralidade conferida à mulher-mãe nas relações familiares e nos programas e políticas que atendem essas famílias. É esta centralidade que tomo como foco da discussão que desenvolvo nesse texto, tomando como referência 3 unidades analíticas que pude organizar a partir das informações reunidas no trabalho de campo, quais sejam: a rua como uma violação dos direitos da criança, os sentidos de família presentes no contexto estudado e as dimensões de instabilidade, pobreza e cuidado que produzem essas famílias como vulneráveis. Nessa direção, problematizo, na primeira parte, o lugar da mulher-mãe como responsável pelo cuidado e educação das crianças e, na segunda parte, como gênero atravessa e constitui a produção de uma organização familiar ‘saudável’.

### **A mulher-mãe como responsável pelo cuidado e educação das crianças: fragmentos de histórias do campo de investigação**

Pude ver que a responsabilidade pelo cuidado e educação dos filhos e filhas é direcionada a alguns sujeitos que partilham o “mesmo sangue”. Esses sujeitos são, em sua maioria, mulheres: mães, avós, tias, irmãs... Os homens dificilmente aparecem como responsáveis pelas crianças. Em muitas vezes, nem seus sobrenomes aparecem nos nomes de seus filhos/as. Há, por exemplo, uma família em que o casal tem dez filhos. Destes, três têm o sobrenome completo da mãe e sete têm apenas o primeiro sobrenome da mãe, o qual, imagino, deve ser da avó materna<sup>1</sup>. O sobrenome, tão importante para alguns segmentos da população, parece não ser definitivo e necessário nesse contexto. A filiação é explicitada de outras formas. Alguns dos filhos levam o primeiro ou segundo nome do pai e, no caso do menino que conheci dessa família, tinha o nome composto do pai, mas com o primeiro sobrenome da mãe.

---

<sup>1</sup> Farei aqui uma simulação dos nomes dessa família. Mãe: Maria Laura Martins de Melo. Pai: João Carlos de Freitas Soares. Dentre os dez filhos, três têm o sobrenome Martins de Melo, sendo que um é João Martins de Melo, e sete têm apenas o primeiro nome da mãe: Martins. Desses sete, um chama Carlos Martins e outro João Carlos Martins.

Em pesquisa realizada por Leticia Fernandes e Carin Klein (FERNANDES; KLEIN, 2006) sobre o Guia da Gestante, distribuído pelo Programa Primeira Infância Melhor, as autoras argumentam que a presença do homem-pai é mediada pela mulher-mãe que deve convidá-lo a participar da vida dos/as filhos/as. Pode se entender com isso que é responsabilidade da mulher-mãe convocar o homem-pai para se responsabilizar pela criança. Ao mesmo tempo, em pesquisa com participantes do Programa de Atenção Integral à Família, Dagmar Meyer (2008) indica que algumas mulheres referem achar melhor não registrar o filho com o nome do pai ou pedir pensão judicialmente para impedir que estes tenham gerência ou fiquem ‘se metendo’ na educação e cuidado dos/as filhos/as.

Esse embate entre homens-pais e mulheres-mães acerca do cuidado e gerência da educação dos/as filhos/as produz efeitos diversos sobre os sujeitos. Na medida em que as mulheres-mães são autorizadas juridicamente a pedir auxílio, no mínimo financeiro – em forma de pensão alimentícia –, para cuidar das crianças, elas também podem resistir a esse recurso pelo cálculo de que vale mais a pena ter que dar conta das crianças sozinhas do que ter um homem se intrometendo no modo como isso é feito. De fato, há uma pequena quantidade de mulheres conhecidas dentro do Serviço que buscam esse direito na justiça, mesmo sabendo que ele existe. Durante o trabalho de campo ouvi muitas histórias sobre a não-solicitação da pensão. Nenhuma delas tinha um motivo especial que gerava essa recusa. Parece não fazer parte da cultura desse contexto o pedido de pensão para os filhos e as filhas. Ao contrário do que se pensa em outros segmentos da população, de que filhos/as são um vínculo quase eterno entre pai e mãe, os vínculos estabelecidos aqui parecem estar mais ligados entre pai e filhas/os e mãe e filhas/os, do que numa união de esforços entre pai e mãe para cuidar e educar seus filhos e filhas.

Assim vai se produzindo, dentro dos discursos que envolvem essas famílias, uma identidade materna. Dentro da perspectiva em que essa investigação se insere, o conceito de identidade é entendido como a articulação entre as diferentes posições de sujeito que o indivíduo ocupa nos diferentes discursos que o interpelam ao mesmo tempo (HALL, 1997). Essas posições de sujeito e, portanto, as identidades são instáveis e cambiantes, provisórias, fragmentadas e plurais. Porém ao tratar da mãe, invisibilizam-se as outras posições de sujeito ocupadas por esse indivíduo. As outras identidades desse sujeito são fundidas formando o sujeito ‘mãe’ da mesma forma como ocorre com homossexuais, negros, deficientes etc., que são nomeados por sua diferença.

No caso da mulher-mãe, é a função que ela ocupa dentro de determinado grupo que lhe confere um nome e um *status*. Essa identidade de mãe confere tanto benefícios – como acesso a algumas políticas públicas, transferência de renda – quanto, ao mesmo tempo, lhe atribui responsabilidades e obrigações para com seus/suas filhos e filhas, bem como com o estado que lhe cobra determinadas atitudes a fim de possibilitar o desenvolvimento de sujeitos capazes de exercer a sua cidadania de forma plena.

Uma das vezes em que essa responsabilidade sobre a criança recaiu sobre a mulher-mãe foi no caso de Carla. Ela tinha 17 anos quando a conheci. A abordagem havia sido solicitada como: “uma mulher com criança de colo”. Chegando ao lugar, o motorista da Kombi exclamou: “meu deus!”. Era uma criança muito pequena e, conversando, soubemos que tinha 23 dias. Como Carla se recusava a conversar, e a situação era considerada “muito grave”, no momento em que ela levantou para ir embora a seguimos até chegar num centro espírita. Lá, a assistente social chamou o conselheiro da menina e tentamos conversar. Era um dia muito quente:

Amanda, assistente social, iniciou novamente a conversa de que era muito perigoso ficar com uma criança tão pequena no sol forte no meio da rua, que a criança podia ficar doente, que ela precisava se cuidar para poder cuidar da filha que agora dependia dela. Nesse momento Carla começou a chorar e emudeceu completamente. (diário 6)

Nesse momento, entendi que ali se colocava uma mãe ciente de que não era uma ‘boa’ mãe e se importava com isso. Ao contrário daquilo que está no imaginário social, de que mulheres-mães pobres e/ou de classes populares não se importam com seus filhos/as, Carla mostrava que não estava satisfeita com o que ofertava para sua filha. Parecia que ela queria ser diferente do que estava sendo/conseguia ser. Carla mora com uma tia, a mãe morreu e o pai – segundo consta em sua pasta, dito por ela mesma – é “um bêbado que vive na rua”. Ela viveu boa parte de sua infância em um abrigo próximo da capital, usa crack há quatro anos, tem baixa escolaridade, não tem emprego nem renda, vive das doações do centro espírita e é lá que faz boa parte das refeições<sup>2</sup>. Assim, pode-se pensar que ela não tem as condições básicas para ser a ‘boa’ mãe que se espera culturalmente. Ou seja, ela não oferece condições consideradas adequadas para sua filha. Talvez seja necessário se perguntar: que lugar e que tipo de acesso a bens e serviços tem essa menina e sua filha? Que posição de sujeito elas ocupam em nossa sociedade? Que tipos de programas e políticas são ofertados a elas?

---

<sup>2</sup> Essas informações são da própria Carla e de sua pasta no serviço.

Carla, nesse contexto discursivo e aos olhos do Serviço estava incontestavelmente em situação de vulnerabilidade e colocando sua filha de apenas 23 dias nessa mesma situação. O conceito de vulnerabilidade, aqui, é baseado no uso feito por José Ricardo Ayres (AYRES et al, 2006), ao trabalhar, na área da Saúde, com vulnerabilidade às dst/aids. Segundo os autores (2006), o conceito de vulnerabilidade complexifica as análises, uma vez que insere dimensões desconsideradas nas análises de risco. Dessa forma, são colocadas três dimensões, interligadas entre si, fundamentais nas análises de vulnerabilidade: individual – relativo ao modo de vida dos sujeitos, a qualidade das informações que dispõe e as condições de elaborá-las –, social – ligado ao contexto onde este sujeito vive, o acesso a bens e serviços, os marcadores sociais como gênero, raça, classe, geração etc – e programática – que se refere à forma como instituições, serviços e políticas públicas estão implicadas na re-produção de vulnerabilidade, dependendo de seu compromisso, gerência, monitoramento, recursos etc.

A vulnerabilidade coloca-se, então, como uma teia de relações instituídas culturalmente na sociedade, que expõe os sujeitos de forma desigual e diferenciada a determinados agravos. Nesse sentido, uma pessoa não *é* vulnerável, mas *está* vulnerável a determinado agravo em função das posições de sujeito que ocupa nas diferentes hierarquias produzidas na cultura. Assim, a vulnerabilidade não é de Carla, mas de um contexto em que ela está inserida que a coloca nesse lugar, nesse momento e não em outros. Isso implica dizer que as condições socioeconômicas, o acesso a bens, serviços e informação, bem como as possibilidades de elaboração dessa informação, são conjugadas de forma a tornar Carla vulnerável, ou não, a determinados agravos. Nesse caso, a falta de informações sobre cuidados com um recém-nascido e o não-acesso a bens como habitação, acolhimento, renda, fraldas e alimentação, possibilitaram que, nesse momento, Carla ‘decidisse’ ir pedir dinheiro na rua com a filha pequena.

Quero ainda chamar a atenção para a responsabilização dessa menina por sua situação. Foi perguntado onde Carla estava morando, ela respondeu que morava numa Vila com sua tia. Perguntou-se ainda se o pai da criança estava com ela. Ela disse que sim, porém nenhuma pergunta foi feita sobre a participação dele no cuidado da filha. Nem mesmo a idéia do ‘pai provedor’ foi acionada. Essa relação com a paternidade implica desresponsabilizá-la das atribuições de cuidado com os filhos, uma vez que não se questiona que tipo de ‘estar com ela’ é esse. Passados quatro meses, encontramos Carla e ela insistiu que fossemos até sua casa ver sua filha. O pai não estava lá, apenas a

tia que tem cuidado da menina. Desse modo, produz-se uma determinada forma de monoparentalidade que não supõe a ausência física de um pai, mas que o posiciona como incapaz, ou inapto a cuidar e educar as crianças. Isso acaba diferenciando homens e mulheres nas relações de parentalidade. Mesmo que haja pai e mãe, é a mulher-mãe que será chamada, acionada e legitimada a educar os/as filhos/as do casal. Analisando a revista Pais e Filhos, Maria Simone Schwengber (2007) afirma que, desde a gravidez, a mulher é posicionada como quem gere e despense cuidados e carinho. Assim, essas mulheres-mães são ensinadas por muitas instâncias a se responsabilizar pelos/as seus/suas filhos/as. Chamo, dessa forma, de matrifocalidade esse lugar central conferido a, e reconhecido na, mãe-de-família. Claudia Fonseca (2004), apoiada na idéia de sistema matrifocal de Smith (1973 apud FONSECA, 2004), entende a matrifocalidade como um modelo em que: a mulher-mãe torna-se o centro das relações sociais, a autoridade materna “cresce com a idade dos filhos” (2004, p. 64) e há uma ênfase “nas relações entre mulheres por serem os elos principais da rede familiar” (2004, p. 64). Aqui, o que chamo de matrifocalidade não tem relação estrita com esse modelo de sistema matrifocal. O que quero é chamar a atenção para essa centralidade que tanto os meninos e meninas atendidos/as quanto as políticas públicas e discursos psicológicos tendem a produzir quando posicionam mulheres-mães como sendo o elo principal entre as políticas de inclusão social e a melhoria de condições de vida de determinados segmentos da população. Além disso, em alguma medida, a necessidade da presença masculina parece não ser tão forte, já que, no caso desses meninos e meninas, as mulheres-mães têm tentado sozinhas – e conseguido, ainda que de forma precária – garantir a subsistência da família com a coleta de lixo reciclável, com auxílios governamentais, com a venda de pequenos objetos, com a mendicância e até mesmo com o tráfico de drogas. Nessa direção, acredito ser possível tomar algumas dessas famílias como matrifocais. O mais importante, porém, é o movimento que as políticas públicas têm feito quando adotam o termo ‘família’ como sendo o foco de suas ações mas convocam, efetivamente, a mulher-mãe para ser sua parceira. Ou seja, as políticas públicas são atravessadas, entre outros, por um discurso matrifocal na medida em que posicionam a mulher que desempenha as funções culturalmente atribuídas como maternas no centro da família e da sua gerência<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Vide, por exemplo, Klein (2006), Meyer (2005, 2008).

Sobre a centralidade da mulher-mãe na vida desses meninos e meninas, o menino entrevistado, Fernando, ao ser perguntado sobre quem fazia parte de sua família falou:

*Fernando – Minha mãe de verdade.*

[...]

*Pesquisadora – E daí ela é tua família?*

*F – Não, meus irmãos pequenos, meu irmão grandão. Meu pai não mora com nós.*

*P – E ele é da tua família?*

*F – Não. Ele mora, ele mora, eu nem conheço ele. Mora lá no Cocão.*

Essa fala reitera a centralidade da mulher-mãe na família e como sendo ‘a’ família. Por não conhecer e não morar na mesma casa que o pai, ele não é considerado da família. Os irmãos também são uma grande referência para Fernando especialmente um mais novo, com quem ele já ficou um tempo na rua e um mais velho que atualmente está preso. Sobre esse irmão mais velho, Fernando falou apenas depois que desliguei o gravador. Disse que a polícia foi prendê-lo em casa e que ele ainda tentou ajudar o irmão a fugir. Ao mesmo tempo em que reconhece a mãe “de verdade” como sua família, em outro momento da entrevista Fernando refere que sua vida é feita ‘sozinho’:

*Pesquisadora – Mas tem alguém que tu vai assim, quando não ta bem? Tem algum lugar que tu procura?*

*Fernando – As pessoas aí. Passam assim “o guri, ta com fome? Peraí que eu vou pegar uma coisinha pra ti comer no Zaffari” aí eu fico esperando eles trazem um pouco.*

[...]

*P – Ta e com quem é que tu passa a maior parte do teu tempo?*

*F – Passo sozinho. Sozinho, sozinho, sozinho. Durmo sozinho, arrumo meu dinheiro sozinho...*

[...]

*P – Tem alguém que te protege?*

*F – Não, é tudo eu que faço. Eu mesmo me ajudo e, eu mesmo me ajudo sozinho.*

Assim, mesmo ‘tendo’ uma família, quem acaba exercendo as funções socialmente atribuídas a ela, como alimentar e proteger, são as pessoas “que passam na rua”, as instituições e o próprio Fernando, quando afirma que arruma dinheiro sozinho e que “eu mesmo me ajudo sozinho”. Maria Filomena Gregori (2000) afirma que a rua substitui o espaço doméstico, já que transeuntes, policiais e funcionários dos equipamentos da assistência social acabam por ocupar a posição de familiares e vizinhos. Ao contrário do que a autora afirma, entendo, a partir dos excertos analisados, que a família permanece com seu lugar muito bem marcado. O que ocorre, nessa direção, é que as funções socialmente atribuídas à família recaem sobre esta outra esfera de socialização: a rua.

Dessa forma, acredito ser pertinente pensar em como se produz uma noção de família generificada. Ou seja, em como se posiciona de formas distintas homens e mulheres que constituem essas famílias.

### **Pensando família através do conceito de gênero**

Trabalhando com a noção de que a família é uma produção cultural, a maternidade e a paternidade também se inscrevem dentro dessa produção. Assim, elas são consideradas como algo que não está inscrito na ‘natureza feminina/masculina’ ou ligada a um suposto instinto biológico.

Entendo que, paralelamente à invenção da infância a que Ariès (1981) se refere, há uma invenção da família. Ao inventar um sujeito infantil que precisa de cuidados, atenção e carinho, é necessário inventar um outro sujeito capaz e responsável pela prestação desse cuidado, atenção e carinho. Elizabeth Badinter (1989) afirma que a figura da mãe amorosa, terna, preocupada e dedicada ao cuidado de suas filhas e de seus filhos nem sempre existiu, mas foi se constituindo dessa forma desde o século XVIII em meio a três movimentos sociais: a constituição dos Estados Nacionais, a consolidação do capitalismo como modo de produção e a ascensão política e social da burguesia. Nesse contexto, o modelo de família nuclear – no qual pai e mãe biológicos se tornam figuras centrais na educação de seus/suas filhos/as – vai impondo-se como a “forma mais natural e sadia de organização familiar” (FONSECA, 1999, p.257).

Essa concepção de família nuclear continua operacionalizada atualmente, sobretudo nos campos da Educação, da Saúde e da Psicologia do Desenvolvimento, como sendo o melhor referente de organização familiar para as crianças, apesar das importantes e profundas transformações desta instituição ao longo do século XX. Ela ainda é veiculada dentro de muitos espaços como a escola, a igreja e grande parte das políticas públicas, e embasa o trabalho exercido em tais locais. Especialmente no Serviço, há uma tentativa de revinculação da criança a um determinado espaço e estrutura familiar.

Dessa forma, o grande investimento realizado dentro desses discursos da Psicologia, da Saúde e da Pedagogia constitui-se na educação das mulheres-mães acerca do seu exercício da maternidade. Entendendo que gênero é uma categoria relacional e que o ser homem está profundamente imbricado com o ser mulher, ao fazer este investimento, ensina-se também qual é o lugar da paternidade nesse processo de educação e desenvolvimento das crianças. Quando a criação e o cuidado de filhos são

definidos como responsabilidades individuais e intransferíveis da “mulher que se torna mãe”, pode-se estar, de certa forma, diminuindo a responsabilidade paterna nesse processo.

Aí ocorre uma valoração diferenciada de gênero, que se refere ao que se constrói social, cultural e lingüisticamente como masculino e feminino. Dessa forma, como afirma Meyer (2003 p.17), há “uma articulação intrínseca entre gênero e educação”, já que, nessa perspectiva teórica, se expande o entendimento do que é educativo, indicando o caráter pedagógico das instituições e práticas sociais. O conceito de gênero aponta, então, para a construção de significados e sentidos para, e sobre, as masculinidades e feminilidades. A produção de sentidos é também a produção de diferenças entre ser homem e ser mulher em nossa cultura. As diferenças de gênero passam a ser significadas mediante relações de poder, nas quais a valoração do masculino e do feminino é assimétrica. Assim, os processos de constituição de identidade e diferença posicionam ‘o referente’ (as mulheres-mães), e, com isso, se posiciona também quem é ‘o outro’ (os homens-pais) nessa relação.

Apesar de os homens-pais estarem paulatinamente sendo chamados a participar e colaborar na educação das crianças, o termo mãe ainda carrega consigo o peso das funções de cuidado e atenção. Ao sujeito mãe são colocadas inúmeras funções: limpar a casa, manter a higiene, cuidar da saúde das crianças, da sua e de toda a família, cuidar da educação, auxiliar nas tarefas escolares, cozinhar (alimentos nutritivos e que promovam o desenvolvimento sadio), dar carinho, estimular o desenvolvimento através de brincadeiras, arrumar a mochila das crianças para a escola, preparar o lanche, dar banho todos os dias etc. Todavia, ao mesmo tempo em que a posição de sujeito mãe subsume outras posições de sujeito, esse ser mãe supõe “a existência de *um ser que incorpora e se desfaz em múltiplos* – a mãe como parceira do estado, a mãe como agente de promoção de inclusão social, a mãe como esteio de sua família e, mais especificamente, a mãe como responsável única e direta por seus filhos” (MEYER, 2006, p.90). Durante uma conversa informal, uma das educadoras comentou sobre o lugar da assistência social e da maternidade.

Estávamos na base Júlio, Sofia e eu. Ficamos conversando sobre a assistência social e as dificuldades do trabalho. Comentei de outras assistentes sociais de um outro programa que têm uma defasagem muito grande no atendimento, mas que não havia como resolver. Sofia então falou “pois é, elas tem que atender às vezes 40 famílias e tem que ser mãe dessas famílias. Ensinar tudo, aí não dá”. (diário 15)

Há duas noções que quero explorar com este excerto. A primeira delas é este ‘ser mãe dessas famílias’. O trabalho da assistência social com famílias está pautado na construção de modos e condições de vida melhores e mais ‘dignos’. Nessa direção, o que se costuma fazer é o acompanhamento e a gerência, especialmente das mulheres, para que elas consigam organizar a vida em família de forma mais saudável. Ao dizer que esse trabalho é igual ao trabalho de mãe, está-se dizendo que a função da mulher-mãe é acompanhar e gerenciar a família e os filhos, ensinando-lhes a viver, dando suporte para construírem suas vidas. Porém, se existe uma profissão que faz o trabalho de mãe para algumas famílias, como disse Sofia, é porque se entende que nessas famílias falta uma pessoa com competência/saber para realizar este trabalho. Ou seja, é necessário que alguém ensine a diferentes grupos de mulheres o exercício de determinadas formas de maternidade consideradas adequadas. As mulheres são posicionadas dessa forma como sujeitos produtores de educação e de saúde tanto para suas famílias quanto se dirigindo para profissões que também estejam embasadas nessa produção (GASTALDO, 2003).

Também é relevante pensar nesse lugar entendido como o de mãe: “ensinar tudo”. O que é possível ensinar nesse contexto? Que ensinamentos são esses? O Guia da Gestante do PIM, mencionado anteriormente, indica alguns dos ensinamentos necessários às mulheres que se preparam para a maternidade. Klein (2006) mostra que esses ensinamentos estão ligados não só a tarefas como tomar banho, lavar verduras e frutas, mas também a orientações “baseadas em essencialismos, como o do amor incondicional para reafirmar algumas funções e atributos corporais como elementos inerentes e constitutivos da maternidade” (KLEIN, 2006, p.46). Dessa forma, não se trata de educá-las para serem boas mães, mas de educá-las a serem mães, uma vez que a maternidade, e mesmo a família, são representadas como sendo boas *a priori*. O que se precisa é ensiná-las e ajudá-las a serem e a viverem a maternidade e em família, pois quando não se cuida ‘direito’ das crianças, nesse contexto, não se está sendo mãe, já que o cuidado adequado deveria ser algo que ‘brota da essência’ da mulher. Ou seja, ser uma “mãe para essas famílias” traz em si mesmo uma noção de trabalho bem feito, uma vez que a figura da mãe é vista como naturalmente benevolente e abdicada de si para cuidar de sua família.

Mas, mesmo com essa discursividade que produz um dado tipo de mãe, esse sujeito é fragmentado e ocupa muitas posições em sua vida cotidiana. Especialmente em

situações de recasamento, a mulher-esposa e a mulher-mãe se alternam e disputam para assegurar a vida familiar.

Paolo disse morar com uma amiga. Saiu da casa da mãe porque brigou com o padrasto e então foi morar com essa mulher. Está morando com outros filhos dessa pessoa que o acolheu. Desde que saiu da casa da mãe parou de estudar. (diário 30)

Como no caso de Paolo, muitas vezes a saída da casa da mãe se dá por briga com o padrasto. Algumas vezes, como aponta Fonseca (2004), os filhos de outros casamentos são distribuídos entre pessoas da família ou próximas antes de uma nova união, mas isso nem sempre acontece. Na tentativa de preservar a união que têm – segundo relatos de alguns meninos – as mulheres-mães não se metem nas brigas e discussões entre padrastos e enteados. Assim, a postura adotada, especialmente por meninos (para os quais se constrói uma masculinidade ‘valente’, na qual se enfatiza a virilidade etc.), é a saída de casa. Alguns vão para a casa de familiares, amigos – como é o caso de Paolo, outros acabam ficando na rua.

Também é possível dizer que a escola não é a âncora, como se diz dentro do Serviço. Paolo não tinha histórico de fracasso escolar, e mesmo assim, ao sair da casa da mãe, rompe também com a escola. Talvez se possa pensar que a filialidade impõe algumas tarefas, entre elas ir à escola. Cynthia Sarti (2002, p.31) afirma que uma das funções que fundamenta a autoridade do homem-pai dentro da família não é o controle e a regulação dos assuntos internos da casa, mas justamente seu “papel intermediário entre a família e o mundo externo”. No caso de Paolo, entendo que a mulher-mãe se coloca como essa mediadora das relações entre público e privado, que Sarti imputa como atribuição do homem-pai. Essa nova tarefa atribuída às mulheres-mães parece colocá-las como uma âncora na vida desses meninos e meninas, já que há um tipo de des-organização que não passa depois da saída do seu convívio.

Essa organização a que me refiro é entendida como o modo que um sujeito ou grupo de pessoas que estabelecem relações afetivas e redes de solidariedade organiza sua vida cotidiana, ou seja, como essas redes funcionam e operam na cotidianidade de suas relações. Assim, a des-organização ocorre quando um indivíduo morre, sai de casa, separa-se, perde o emprego etc. Ela é momentânea, pois consegue-se re-organizar a vida após o percalço. Algumas vezes, as famílias colocam-se em processos de organização-desorganização-reorganização incessantes, em função das dificuldades econômicas e sociais pelas quais passam (CARVALHO, 2003).

No caso de Paolo, a des-organização que não passa está relacionada ao abandono da escola. Como educadora, é bastante difícil, para mim, conseguir pensar e entender essa saída da escola de Paolo. Porém, é necessário dizer que, apesar de não ir à escola, Paolo buscou formas de viver a sua vida fora da casa da mãe, ou seja, re-organizou sua vida. O que ocorre é que, para alguns – estou nesse lugar também –, o fato de não estar na sua casa, de não estar na casa da mãe, estar em situação de rua, significa estar em desordem, em desvio; o que não significa que Paolo entenda suas condições de vida atuais como desviantes ou em desordem. Em um outro caso, a mãe explica que a saída do filho para ir morar na rua aconteceu depois que ela o deixou sozinho com o pai durante três meses para assumir um terreno de invasão longe de casa. Essa narrativa da mãe, contada na pasta de seu filho, corrobora ainda com o discurso de que os homens-pais não sabem cuidar de crianças e os maltratam.

Na medida em que se investe numa determinada forma de maternidade, pretendendo que ela consiga melhorar as condições de vida de sua família, a escola, as políticas públicas e os programas de proteção social e de educação em saúde passam a politizar, a visibilizar a maternidade como uma via de resolução dos problemas sociais.

Nesse sentido, Meyer (2006), inspirada em Marilyn Yalom (1997), usa a noção de ‘politização do feminino e da maternidade’, para discutir como a maternidade vem sendo re-significada e investida, na confluência de quatro movimentos ou processos sociais, ao longo do século XX, os quais criam as condições de possibilidade para emergência de tais discursos: 1 – a produção de sujeito dentro de uma racionalidade neoliberal; 2 – o aprofundamento das desigualdades produzido pela conjunção da lógica neoliberal com os processos de globalização; 3 – a criação e o desenvolvimento de tecnologias que buscam controlar e monitorar o desenvolvimento fetal e infantil; 4 – a articulação entre demandas sociais e políticas de estado que fragmentam a noção de universal em múltiplos, “o que incide sobre os modos como estes sujeitos de direito se relacionam” (MEYER, 2006, p.84). Interessa-me, nesse momento mais especificamente, o movimento 4, do qual tratarei a seguir.

O quarto movimento diz respeito à incorporação de novos sujeitos ao campo dos Direitos Humanos fragmentando a noção de sujeito universal em múltiplos, instituindo novos ‘sujeitos de direitos’, como a criança, que possuem direitos diversos. Uma consequência dessa fragmentação refere-se ao confronto e à hierarquização que acaba por ocorrer entre esses diferentes sujeitos (MEYER, 2006). Durante a pesquisa pude ver que a criança é colocada como prioridade da família e da sociedade. Sendo assim, seus

direitos devem ser respeitados mesmo que atinjam a liberdade e o direito de outros sujeitos. Nesse contexto, condições de concepção, “ambientes” intra-uterinos e relações ‘saudáveis’ com o feto no útero e com a criança na primeira infância são concebidos e normatizados como direitos destes sujeitos. As mulheres que não oferecem ou produzem essas condições, ambientes e relações são posicionadas como desviantes, negligentes, ignorantes ou como “criminosas em potencial” (MEYER, 2006, p. 85). É a partir do reconhecimento da criança como um sujeito de direitos que se entende, no âmbito das políticas para a infância e dentro do Serviço analisado, ser necessário muitas vezes retirar a criança do ambiente familiar, ou mesmo tentar impedir o retorno dela para casa, sob a alegação de que esta não se constitui como um local de proteção. Meyer conclui dizendo que, nas políticas e programas direcionados à população materno-infantil (e eu ampliaria para aqueles direcionados à família), “as mulheres ainda são posicionadas e interpeladas, prioritariamente, como mães, como parceiras conjugais e como ‘reprodutoras’ e ‘nutrizes’ biológicas e culturais da espécie” (MEYER, 2006, p. 94).

Esses discursos em relação às crianças e suas famílias são veiculados em inúmeros locais da cultura, constituindo uma profusão de tarefas, informações e atitudes que devem ser exercidas pelas mulheres-mães. Nessa direção, quando a mulher e a maternidade são convocadas, autorizadas e legitimadas a resolver os problemas de suas famílias, pode-se dizer que há um investimento político nesses sujeitos, repassando a estes a responsabilidade pelo sucesso de suas vidas e de seus dependentes. É nessa direção que Meyer (2006) afirma que, na atualidade, vem se engendrando uma politização do feminino e da maternidade, ou seja, a mulher e a maternidade estão no bojo das políticas atuais: é a partir delas que se busca a melhoria da qualidade de vida das populações mais pobres, assim como a melhoria da aprendizagem e da saúde das crianças.

## **Referências**

ARIÈS, Philippe. *História social da infância e da família*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1981.

AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita et all. Risco, vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção da saúde. In: CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa et all (orgs). *Tratado de saúde coletiva*. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Fiocruz, 2006.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

CARVALHO, Maria do Carmo Brandt de. O Lugar da Família na Política Social. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC/ CORTEZ, 2003.

FERNANDES, Leticia Prezzi; KLEIN, Carin. “A gestante não é dona do bebê”! Paternidades veiculadas no programa Primeira Infância Melhor/RS. In: *Fazendo Gênero* 7. Florianópolis, 2006. Disponível em: <[http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/K/Klein-Fernandes\\_26.pdf](http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/K/Klein-Fernandes_26.pdf)>. Acesso em: 6 de fevereiro de 2007, 17h 53min.

FONSECA, Cláudia. *Família, fofoca e honra*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

\_\_\_\_\_. O abandono da razão: a descolonização dos discursos sobre a infância e a família. In: SOUSA, Edson (org). *Psicanálise e Colonização: leituras do sintoma social no Brasil*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.

GASTALDO, Denise et al. Transnational health promotion: Social well being across borders and immigrant women’s subjectivities. In A. Asgharzadeh & K. Oka (eds). *Diasporatic Ruptures: Transnationalism, globalization, and identity discourse*. University of Toronto Press, 2003 (chapter submitted).

GREGORI, Maria Filomena. *Viração: experiências de meninos nas ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HALL, Stuart. *Identidades culturais na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

KLEIN, Carin. *Educação e(m) saúde para uma “infância melhor”*: maternidades e paternidades que se configuram em biopolíticas de inclusão social. UFRGS. Proposta de Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

MEYER, Dagmar Estermann. Vulnerabilidade, programas de inclusão social e práticas educativas: uma abordagem na perspectiva dos estudos de gênero e culturais. Projeto de Pesquisa – FACED, UFRGS, Porto Alegre, 2008.

\_\_\_\_\_. A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. In: *Gênero*: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG. Niterói (RJ), v.6, n.1, p. 81-104, 2006.

\_\_\_\_\_. *A educação ‘da família’ como estratégia governamental de inclusão social*: um estudo situado na interface dos Estudos Culturais, de Gênero e de Vulnerabilidade. Projeto de Pesquisa – FACED, UFRGS, Porto Alegre, 2005.

\_\_\_\_\_. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira L., NECKEL, Jane F. e GOELLNER, Silvana Vilodre. *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

SARTI, Cynthia. Famílias enredadas. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália. *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2002.

SCHWENGBER, Maria Simone. A produção da mãe leve, flexível, forte nas páginas da Pais & Filhos. In: *Anais da 30ª Reunião Anual da Anped*. Caxambu (MG), 2007.

Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT23-3110--Int.pdf>>, acesso em 31 de março de 2008, 20h e 33min.

YALOM, Marilyn. *História do seio*. Lisboa: Teorema, 1997.